

Justiça mantém plano de Saúde para aposentada do Bradesco

A juíza Erika de Franceschi, da 3ª Vara do Trabalho de Campinas, manteve o plano de saúde para uma bancária do Bradesco, aposentada por invalidez, nas mesmas condições vigentes quando estava na ativa, ao deferir antecipação de tutela em processo ingressado pelo Sindicato.

Em sua sentença, publicada no último dia 15 de abril, a juíza destaca que "...existe perigo de dano grave ou de difícil reparação, por tratar-se da preservação de saúde do obreiro, que tinha seu plano de saúde enquanto saudável, e não pode ser suprimido quando está doente". Caso o Bradesco não cumpra a decisão, multa diária de R\$ 100,00 até



Campanha de Valorização realizada em 2012

o limite de R\$ 10 mil.

Aposentada em fevereiro deste

ano, a bancária foi comunicada pelo Bradesco que o plano de saúde

de estaria em vigor no prazo de 270 dias, conforme assegura a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), em sua cláusula 45ª.

A decisão da juíza Erika de Franceschi, inclusive mantém o plano aos dependentes da bancária, que ingressou no Bradesco em novembro de 1991. "Uma importante conquista. Hoje no Bradesco não existe plano de saúde para quem se aposenta. Mesmo que pague as duas partes (empregado e empregador), mas mantendo as mesmas condições", avalia o presidente do Sindicato, Jeferson Boava. No dia 5 de agosto será realizada audiência entre as partes.

MP 664

Emenda derruba fator previdenciário

A Câmara dos Deputados aprovou emenda à Medida Provisória (MP) 664/2014, no último dia 13, que permite ao trabalhador, na hora da aposentadoria, aplicar a chamada regra 85/95 no lugar do conhecido fator previdenciário.

A regra 85/95, estabelecida pela emenda apresentada pelo deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) e aprovada por 232 votos a 210, possibilita aposentadoria integral aos beneficiários do INSS quando a soma da idade com o tempo de contribuição chegar a 85 anos, no caso das mulheres (30 anos de contribuição), e a

95 anos em relação aos homens (35 anos de contribuição). Cabe destacar que seis centrais sindicais – entre elas, a CUT – participaram da elaboração da citada regra 85/95, em 2009.

O fator previdenciário, em vigor e que não deixará de existir, reduz o valor do benefício de quem se aposenta por tempo de contribuição antes de atingir 65 anos de idade (homens) ou 60 anos (mulheres).

Auxílio-doença: Os deputados aprovaram também emenda que estabelece o início do benefício no 16º dia de afastamento ou data do pedido, se mais de 30 dias. O texto original da

MP, proposto pelo governo federal, previa que as empresas iriam custear 30 dias de afastamento, sendo que o pagamento do benefício via INSS teria início no 31º dia de afastamento.

Pensão: O texto-base da MP 664, aprovado pela Câmara, muda as regras para o direito à pensão por morte, limitando o seu recebimento pelo cônjuge ou companheiro segundo a expectativa de vida. Quanto mais jovem, menos tempo de pensão. Ainda sobre esse tema, emenda aprovada regulamenta a pensão por morte para pessoas com deficiência.

Perícia: A MP 664, que faz parte do

pacote de ajuste fiscal do governo federal, permite que a perícia médica do INSS seja feita, por meio de convênio, por outros órgãos públicos e entidades privadas de serviço social, formação profissional, vinculadas ao sistema sindical, e outras de "comprovada idoneidade financeira e técnica". Ou seja, a MP 664 estabelece a terceirização da perícia médica, antes sob a responsabilidade do INSS. Sancionada no dia 30 de dezembro do ano passado, em vigor desde o dia 1º de março último, a MP 664 segue agora para o Senado, que deve apreciar e votar.

Terceirização em debate no Senado

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado realizou audiência, no último dia 14, para debater o tema "A Lei Áurea, a terceirização e o combate ao trabalho escravo". A sessão, que tinha o Projeto de Lei da Câmara (PLC)

30/2015 como pano de fundo, contou com a participação dos movimentos sociais, Anamatra, MPT, MTE, OAB, Conade e CUT. Em sua fala durante a audiência, o presidente da CUT, Wagner Freitas, ressaltou que o citado PLC representa a revogação da Consolidação das

Leis do Trabalho (CLT). O PLC 30/2015, vale lembrar, é a denominação aplicada pelo Senado ao PL 4330, o PL da terceirização, aprovado pela Câmara dos Deputados em abril último. Nesta terça-feira, dia 19, o Senado realiza sessão temática em Plenário sobre o

PLC da terceirização.

Opinião: Dê a sua opinião sobre o PLC. Acesse o site do Senado e entre na página do e-cidadania: www.senado.gov.br/ecidadania. E mais: envie também mensagem aos senadores. Acesse www.bancarioscampinas.org.br.

Assembleia do HSBC debate e vota acordo sobre ponto eletrônico

O Sindicato realiza nesta quinta-feira, dia 21, assembleia com os funcionários do HSBC para discutir e votar a renovação do acordo coletivo sobre o sistema alternativo eletrônico de controle de jornada, com validade para dois anos. A assembleia será na sede do Sindicato, às 18h30. Participe.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS EMPREGADOS BANCÁRIOS

O SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE CAMPINAS E REGIÃO, CNPJ/MF nº 46.106.480/0001-70, Registro Sindical nº 006.132.02541-7, por seu Presidente, convoca todos os empregados do **HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO, HSBC LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL (BRASIL) S.A. e HSBC FINANCE (BRASIL) S.A.**, sócios e não sócios base territorial dos municípios de Aguaí, Águas de Lindóia, Águas da Prata, Americana, Amparo, Artur Nogueira, Cabreúva, Campinas, Cosmópolis, Elias Fausto, Engenheiro Coelho, Espírito Santo do Pinhal, Estiva Gerbi, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itapira, Itatiba, Jaguariúna, Lindóia, Louveira, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Morungaba, Monte Mor, Monte Alegre do Sul, Nova Odessa, Pedreira, Paulínia, Santo Antonio do Jardim, Santo Antonio de Posse, São João da Boa Vista, Serra Negra, Socorro, Sumaré, Valinhos e Vinhedo, para Assembleia Extraordinária que será realizada no **dia 21 do mês de maio de 2015**, em primeira convocação às 18:00 horas e em segunda convocação às 18:30 horas, no endereço da sede do sindicato à Rua Ferreira Penteado, nº 460, Centro, Campinas/SP, para autorizar a diretoria a proceder a renovação e assinatura do acordo coletivo de trabalho sobre sistema alternativo eletrônico de controle de jornada, com vigência de 26/04/2015 a 26/04/2017, bem como delegar poderes para tanto.

Campinas, 18 de maio de 2015
Jeferson Rubens Boava
Presidente

Sindicato dos Bancários
Campinas e Região

EXPEDIENTE - O BANCÁRIO - PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CAMPINAS E REGIÃO

PRESIDENTE: JEFERSON RUBENS BOAVA
JORNALISTA RESPONSÁVEL: JAIRO GIMENEZ (MTB 13.683)

DIRETORA DE IMPRENSA: MARIA APARECIDA DA SILVA

IMPRESSÃO: GRÁFICA SANTA EDWIGES

SEDE: RUA FERREIRA PENTEADO, 460, CENTRO.
FONE.: (19) 3731-2688 - FAX: (19) 3234-5602
CLUBE: (19) 3251-3718

SUBSEDES: AMERICANA: (19) 3406-7869
AMPARO: (19) 3807-6164

MOGI GUAÇU: (19) 3841-3993
SJB VISTA: (19) 3622-3514

INTERNET: WWW.BANCARIOSCAMPINAS.ORG.BR

E-MAIL: JORBANC@BANCARIOSCAMPINAS.ORG.BR

TIRAGEM: 11.000 EXEMPLARES

FILIADO À FEEB SP-MS E CONTRAF-CUT

BANESPREV

GT debate solução para deficit do Plano II

O Grupo de Trabalho sobre o Plano II do Banesprev discutiu em sua primeira reunião, realizada no último dia 13, várias propostas para equacionar o deficit; entre elas, estudo atuarial que contemple contribuições permanentes de todos os participantes (ativos e aposentados), a exemplo do que já acontece na Previ do Banco do Brasil.

Para a diretora do Sindicato e integrante do Comitê de Investimento do Banesprev, Stela, “a proposta de contribuições permanentes visa encontrar uma solução definitiva para o deficit, que tranquilize os participantes, e que seja viável financeiramente para todos, ativos e aposenta-



dos”. Stela, inclusive, resgata que a proposta foi apresentada à diretoria do Banesprev em abril do ano pas-

sado. Um ano depois, no dia 23 de abril último, em encontro sobre o fundo de previdência na sede do Sindicato, a proposta foi reapresentada à diretoria do Banesprev. E no mesmo dia 13 deste mês de maio, quando aconteceu a primeira reunião do GT sobre o Plano II, Stela protocolou ofício à diretoria (veja fac-símile).

O GT sobre o Plano II foi criado por decisão da assembleia de participantes, realizada no último dia 25 de abril, em São Paulo, ocasião em que foram aprovados também as contas de 2014 e o plano de custeio. A segunda reunião do GT está pré-agendada para o dia 10 de junho próximo.

AMBIENTE DE TRABALHO

Santander apresenta dois programas para rede de agências

O Santander apresentou ao Sindicato dois programas para rede de agências, durante reunião realizada no último dia 23 de abril, na sede em Campinas. Trata-se do “Retorne Bem” e “Modelo Certo”.

Como o próprio nome sugere, o “Retorne Bem” é voltado para o funcionário que recebeu alta médica via INSS, depois de tratamento de saúde. No momento, o programa está restrito às regiões metropolitanas das cidades de Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro e Recife.

De acordo com os representantes do Santander, a reintegração do funcionário ao trabalho ocorre mediante acompanhamento de profissionais da área de medicina do trabalho.

Já o programa “Modelo Certo”, implantado desde janeiro deste ano, pretende mudar o foco sobre a venda de produtos, diferente do modelo anterior. Agora o funcionário deve buscar saber qual a real necessidade do cliente e não apenas oferecer a cesta



Reunião na sede do Sindicato

de produtos.

Na avaliação do diretor do Sindicato, Cristiano Meibach, a mudança de abordagem não é tão simples. “É uma nova direção que implica numa mudança de cultura. O programa atende uma reivindicação dos sindicatos. Afinal, o modelo anterior era muito ruim, pois resultava em pres-

são e adoecimento. Esperamos que o modelo de gestão em vigor torne o relacionamento com o corpo funcional, mais humano, com menos cobrança”. Em suma, segundo o diretor do Sindicato, um ambiente de trabalho que não seja nocivo à saúde do bancário e com melhorias para as partes envolvidas em todo o processo.

MESA

Sindicatos e Caixa Federal voltam a negociar dia 26

Os sindicatos e a Caixa Federal voltam a negociar, em mesa permanente, no próximo dia 26, em Brasília. Na pauta, entre outros pontos, celeridade no processo de con-

tratações, visando o combate à precarização das condições de trabalho.

Primeira rodada

Na primeira rodada deste ano, realizada no dia 31 de março passa-

do, foram debatidos pontos como contratações, processos seletivos, promoção por mérito, descumprimento de jornada e não pagamento de horas extras, entre outros.

Negociação sobre a Cassi começa com muito debate; sem propostas

Guina Ferraz



Jeferson Boava, presidente do Sindicato, participa da mesa específica sobre Cassi

As entidades representativas dos funcionários e o Banco do Brasil iniciaram o processo de negociação sobre a Cassi, no último dia 12. A criação da mesa específica foi um reivindicação da Contraf-CUT, que coordenou os trabalhos com a assessoria dos sindicatos, entidades associativas de funcionários da ativa e aposentados, como Anabb, Aafbbm, Federação dos Aposentados/Faabb, Afabb/SP e da Contec. O presidente do Sindicato, Jeferson Boava, participou da negociação.

Para Wagner Nascimento, que coordenou a mesa pela Contraf-CUT, foi extremamente importante o início das negociações, uma vez que a situação atual da Cassi exige solução e os funcionários da ativa e aposentados cobram o equacionamento do problema de forma negociada. Na opinião do presidente do Sindicato, o BB apontou os princípios de solidariedade e pós-laboral, que “não abrimos mão”.

Solidariedade e assistência a todos

Na mesa de instalação o BB informou que, inicialmente, as discussões seriam com a governança da Cassi e que entende que as soluções para os problemas apresentados devem passar por uma mesa com as entidades e ampla representação dos funcionários. O BB apresentou um diag-

nóstico sobre a situação atual da Cassi, o deficit dos últimos quatro anos e, ainda, um quadro comparativo entre as despesas da Cassi com a média das outras entidades de autogestão; em 2014, o deficit foi de R\$ 108 milhões. Os representantes do BB afirmaram que os problemas de gestão apontados não se referem a um período específico e os representantes dos funcionários lembraram que os problemas de gestão são comuns entre indicados pelo Banco e eleitos e alguns problemas são de longa data.

O BB reconheceu que a atual diretoria tem manifestado coragem em atacar alguns problemas crônicos de gestão, mas que é necessário aprimorar mais ainda os processos, citando as questões envolvendo negociação com prestadores e regulação, algo que os eleitos também têm apontado nos boletins “Prestando contas Cassi”. Alguns consensos foram apontados, como por exemplo, o de que é melhor investir na prevenção da saúde dos funcionários.

Nos debates também ficou acertado que a continuidade dos trabalhos deve contar com a participação dos dirigentes eleitos da Cassi, com o objetivo de auxiliar no debate. Os representantes dos funcionários apontaram que deve ser mantido o princípio da solidariedade e também a as-

sistência aos funcionários ativos e aposentados pela Cassi. Neste ponto do debate, o BB afirmou que o modelo de solidariedade deve ser aperfeiçoado, mas não apresentou nenhuma proposta específica sobre o tema. O Banco também fez uma apresentação sobre os valores da contribuição patronal e de funcionários à Cassi e seus impactos no balanço financeiro da instituição. Especificamente sobre o balanço, o BB informou que devido a Deliberação CVM 695/2012 que remete ao Sumário do Pronunciamento Técnico CPC 33(R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de benefícios a empregados, o provisionamento no balanço do Banco referente aos benefícios da Cassi aos empregados chega ao montante de 5,8 bilhões de reais.

O BB afirmou que não há interesse em retirar a assistência aos funcionários aposentados, mas que para construir uma proposta de consenso, o debate deve passar pela busca de alternativas para o tratamento do pós-laboral.

A mesa de negociações terá continuidade nesta terça-feira, dia 19, com reunião em Brasília.

Fonte: Contraf-CUT

Cobrança de metas via celular

Pergunta: Meu chefe costuma enviar mensagens no meu celular particular todos os dias questionando sobre minhas metas. Isto está correto?

Resposta: As mensagens de texto (SMS), ou até mesmo por meio de aplicativos online (como por exemplo, Whatsapp, Viber, Messenger, entre outros) não podem ser utilizadas para cobranças de metas e/ou resultados

A tecnologia nos propicia certas facilidades de comunicação, no entanto, o abuso na sua utilização para fins de cobranças ligadas ao trabalho acaba por invadir a privacidade do funcionário e ocasionar excessiva pressão, além de impossibilitar o descanso necessário e imprescindível para uma boa saúde física e mental.

Pensando nisto, a Convenção Coletiva de Trabalho proibiu desde Setembro 2013 a cobrança de resultados por mensagens no telefone particular do empregado, conforme disposto no parágrafo único da Cláusula 36ª das CCTs 2013/2014 e 2014/2015.

Assim, ao questioná-la acerca de suas metas e supervisionar seus resultados por meio de mensagens em seu celular pessoal seu supervisor está infringindo dispositivo expresso da Convenção Coletiva.

Caso esta situação continue, sugerimos que você busque auxílio no Sindicato para comunicação dos fatos a fim de que sejam tomadas as providências internas cabíveis. Se necessário, há a possibilidade de ser pleiteada indenização judicial pelo assédio sofrido, além da multa pelo descumprimento de cláusula da convenção coletiva.

Talita Harumi Morita,
advogado do Departamento
Jurídico do Sindicato

Contraf-CUT realiza seminário de estratégia

A Contraf-CUT realiza nesta semana em São Paulo, no Hotel Braston Martins Fontes, mais especificamente entre os dias 20 e 22, Seminário Nacional de Estratégia para o Ramo Financeiro, que irá aprofundar o debate sobre o setor e os desafios da ação sindical da categoria bancária, frente à atual conjuntura econômica e política do país. A realização do Seminário foi uma deliberação do 4º Congresso Nacional da Contraf-CUT, realizado em março deste ano e que elegeu a nova diretoria da Confederação para o período 2015-2018. Para o presidente da Contraf-CUT, Roberto von der Osten, a decisão inédita de realizar um grande seminário da Confederação, construído com suas Federações e Sindicatos, acontece em um momento importante, quando os direitos dos trabalhadores estão sendo duramente atacados.

CDH rejeita projeto que proíbe greve em bancos

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) rejeitou o projeto do senador Ciro Nogueira (PP-PI), que transformava os serviços bancários em “essenciais”, em reunião no último dia 13. A proposta do senador tinha como objetivo, concretamente, proibir a greve no setor bancário.

O relatório pela rejeição foi elaborado pelo senador Magno Malta (PR-ES), e apresentado na Comissão por José Medeiros (PPS-MT). Segundo o parecer, proibir a greve seria incompatível com o sistema jurídico brasileiro. “No mundo da conectividade, onde qualquer pessoa de seu smartphone ou computador acessa sua conta bancária, é difícil aceitar a ideia da essencialidade do serviço prestado por um empregado de banco. As próprias agências já dispensam a presença humana em muitos casos e o número de empregados só tem caído” frisou Malta em seu parecer.

O projeto segue agora para análise na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O presidente da Comissão, Paulo Paim (PT-RS), afirmou sentir um enorme respeito pelo autor da proposta, mas considera a rejeição do projeto importante, pois poderia abrir um precedente para que se vedasse o direito à greve em outros setores, como motoristas de ônibus e metalúrgicos. Leia matéria completa no site do Sindicato: www.bancarioscampinas.org.br

Fonte: Sérgio Vieira (Agência Senado)

Inquérito no MPT apura abertura de CAT após assalto pelo Mercantil do Brasil, em Mogi Mirim

A procuradora Danielle Olivares Corrêa Masseran, do Ministério Público do Trabalho da 15ª Região, no dia 22 de abril último, determinou a instauração de inquérito civil para investigar se a agência de Mogi Mirim do Mercantil do Brasil abre Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) “em situações de assalto”. A decisão da procuradora teve como base a denúncia apresentada pelo Sindicato, em março passado, onde comunica que a citada agência se recusou abrir CATs após assaltos.

O Mercantil do Brasil tem prazo de 30 dias, a contar do dia 28 de abril



Holofoco

último, para apresentar “cópia dos boletins de ocorrência relativos a todos os assaltos sofridos nos anos de 2014 e 2015 e emissão das respectivas CATs em relação aos trabalhadores atingidos”.

Em matéria publicada na edição

nº 1442 deste jornal, o diretor responsável pela subseção do Sindicato em Mogi Guaçu, Vagner Mortais, esclarece que a denúncia ao MPT ocorre porque o Mercantil do Brasil se recusou em abrir CAT após assalto da agência em duas ocasiões; nos dias 1º de dezembro do ano passado e no dia 4 de fevereiro último. “O primeiro assalto foi extremamente violento, com oito bandidos fortemente armados, com fuzis. No segundo, o acesso ao cofre não se consumou, mas os funcionários ficaram abalados emocionalmente ao entrar na agência para trabalhar”.

PESQUISA

Ataques a bancos cresceram 7% em 2014

Os ataques a bancos subiram 7% em 2014 e alcançaram 3.150 ocorrências em todo o país, uma média de 8,63 por dia. Desses casos, 2.373 foram arrombamentos de agências, postos de atendimento e caixas eletrônicos (muitos com uso de explosivos), o que representou um crescimento de 13,8% em relação a 2013. Já os assaltos (inclusive com sequestro de bancários e vigilantes), consumados ou não, somaram 777, uma redução de 9,5% na comparação com

o ano anterior.

Em 2013 foram verificados 2.944 ocorrências. Já no primeiro semestre de 2014 foram apurados 1.693 ataques, sendo 1.290 arrombamentos e 403 assaltos. Desde o início da pesquisa, em 2011, o crescimento dos ataques foi de 95,4%. Nesses quatro anos, os arrombamentos aumentaram 147,4% e os assaltos tiveram elevação de 19%.

Os dados são da 8ª Pesquisa Nacional de Ataques a Bancos, elabo-

rada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) e Federação dos Vigilantes do Paraná (Fetravisp), com apoio técnico do Dieese, divulgada em março passado, a partir de notícias da imprensa, estatísticas disponíveis de secretarias de segurança pública dos estados e informações de sindicatos e federações de vigilantes e bancários.

Fonte: Contraf-CUT

CONDIÇÕES DE TRABALHO

Sindicatos discutem segurança com Polícia Federal

Os sindicatos participaram de reunião extraordinária na Polícia Federal, em Brasília, no último dia 29 de abril, para discutir os sinistros envolvendo empresas de transporte de valores e instituições financeiras, revitalização de veículos de escolta armada e agências de negócios sem plano de segurança. Os sindicatos foram representados pela Contraf-CUT e Coletiva Nacional de Segurança Bancária. O diretor do Sindicato, Samuel Nicolette, representou a Federação dos Bancários de SP e MS.

Os representantes dos bancários, em conjunto com os vigilantes representados pela CNTV, denunciaram que o abastecimento frontal de terminais de autoatendimento expõe a risco os trabalhadores e a população. Como solução, a PF propôs que os Bancos disciplinem a instalação dos

caixas eletrônicos externos de modo a prover o abastecimento pela parte de trás do equipamento, em ambiente fechado.

Agências de negócios

O representante da Febraban afirmou que as agências de negócios são basicamente escritórios, sem qualquer movimentação de numerário, não necessitando de plano de segurança. Os sindicatos contestaram os argumentos dos banqueiros. “Inclusive a batalha judicial contra as agências de negócios do Itaú em Campinas foi citada e serviu de parâmetro. Informamos que a Justiça obrigou o Itaú a instalar e/ou manter portas giratórias com detector de metais e serviço de vigilâncias em nas agências Botafogo (Avenida Barão de Itapura) e Fórum (Avenida Francisco Glicério). Diante dessa determinação, o Itaú op-

tou em fechar as duas agências. Destacamos ainda que o mesmo tipo de ação judicial ocorreu em Mogi Mirim”, observou o diretor Samuel Nicolette.

A delegada Silvana Helena Vieira Borges, Coordenadora-geral de Controle de Segurança Privada da Polícia Federal, solicitou à Febraban que consulte as instituições financeiras no sentido de retirar todas as movimentações financeiras, inclusive caixas eletrônicos das agências de negócios. A delegada aceitou proposta dos sindicatos em formar dois grupos de trabalho para tratar dos assuntos de escolta armada e de transporte de valores.

Nova reunião extraordinária será realizada o dia 17 de junho; na ocasião a Febraban vai apresentar respostas às solicitações da PF.